

Gutman Uchôa de Mendonça

Escreve aos sábados e às terças-feiras neste espaço
Site: www.uchoademendonca.jor.br

/// O que a juventude quer é mudar a forma como aventureiros e desonestos políticos se perpetuam no poder, pilhando a nação, da forma mais impune

Agora ou nunca

Luiz Inácio Lula da Silva se constitui no maior ilusionista que já ocupou um cargo público no Brasil. Vejam que esse analfabeto completo é um astuto de primeira ordem. Matreiro, ladino, quando viu as preferências de Dilma nas pesquisas despencarem como banana podre, com seus marqueteiros imaginou um tal de plebiscito, como se tal absurda ideia pudesse aplacar os ânimos dos manifestantes, que estão pregando a moralidade pública.

Quem foi que disse que os jovens que estão nas ruas desejam mudar o processo político nacional? O que a juventude quer é mudar a forma como aventureiros e desonestos políticos se perpetuam no poder, pilhando a nação, da forma mais impune e vergonhosa, sem que a Justiça coloque as mãos neles.

A continuidade de crimes políticos e a pilhagem aos cofres públicos ocorrem numa sucessão de fatos que, parece, jamais terá fim! Sucessi-

vamente, a imprensa, na voz autorizada dos mais renomados jornalistas, tem dito que o Brasil não tem jeito. A juventude veio para as ruas para dizer que tem jeito, sim! Precisa de ser determinado para pôr fim a esse estado de trapagens de ladroagem que se estabeleceu como se fosse a coisa mais banal do mundo.

Vejam que temos um dos mais vergonhosos processos criminais da história da humanidade, o processo do mensalão, onde cerca de 40 políticos, os mais audazes, chefiados por José Dirceu, foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal, que não é um tribunal de uma cidadezinha do interior brasileiro! Não aconteceu nada, os criminosos não foram para a cadeia, desafiaram até a Suprema Corte.

O que se pode fazer com um plebiscito para se pôr um fim a tanta corrupção, a tanta safadeza? Será que no questionário do plebiscito vão constar as perguntas que a sociedade irá responder para pôr fim às imorais siglas partidárias? Aos 39 ministérios? Às roubalheiras que se praticam nas empresas estatais?

Não será com essa ideia idiota, inconsequente, de se estabelecer um plebiscito que irá mudar o Brasil.

Vamos mudar o Brasil, minha gente! O momento é agora, ou nunca...



Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em políticas públicas
E-mail: roberto.simoese@ufes.br

/// É vital que as autoridades de segurança procurem cumprir o papel constitucional de assegurar o direito ao protesto, admitindo e punindo “excessos”

Manual do Choque

Tive acesso ao “Manual de Operações de Choque” da PMES, lançado pelo governo Casagrande, em 21/9/2012. Recente, choca pela sua fundamentação beligerante e anacrônica. Antes de sintetizá-lo, saliento que a escalada da conflagração entre o “Choque” da Polícia Militar – alternando truculência e omissão – e grupos que disseminam violências (não assumidos publicamente) – ultrajando a democracia – mina a manifestação cidadã. A quem interessa esvaziá-la? Não interessa à imensa maioria dos 100 mil manifestantes, de quase toda a sociedade que a apoia.

Na “praça de guerra” também são depredados simbolicamente os cartazes precursores: a) péssima educação, saúde, segurança e transporte no Espírito Santo; b) concentração desmedida no litoral; c) políticos onerosos distantes da sociedade. Pós-confronto, reduz-se a participação nos atos. Por isso, é vital que as autoridades de segurança procurem cumprir o papel constitucional de assegurar o direito ao protesto, admitindo e punindo “excessos”.

A partir desta posição, destaco quatro referências do referido Manual, que se baseia em outro: “Distúrbios Cívicos

Calamidades Públicas”, do Exército. Exemplifico-as no desastrado “choque” na Assembleia – culminando com o rompimento de 24 entidades com o governo estadual.

1. “...tropa de choque deve ser o último nível de força utilizado pelo comandante, pois se considera que já foram esgotadas as possibilidades de negociação, de controle por parte de tropa ordinária e outros meios ...”. Esta “tropa” na Assembleia indicava a decisão de não negociar. Como ela também estava dentro do palácio Anchieta, como se daria um “diálogo”?

2. Nas ações do “choque” é “comum ainda a atuação de lideranças políticas e religiosas na tentativa de intimidar a atuação policial”. Enquanto lideranças religiosas e sociais buscavam um acordo na Assembleia, já descartado, a tropa interpretava este gesto como “intimidação”. Vejam só!

3. Em manifestações, o “choque não negocia e sim estipula um prazo de dispersão”. Esta dispersão da manifestação é total. Todos e todas viram alvo.

4. No “choque”, uma medida é “a detenção de líderes”. Líderes? Prossegue: “Além de minar as forças de qualquer movimento que intenta resistir à ação policial, respalda as ações da tropa”. Prender “líderes”: que respaldo arbitrário é este?

Pretendo concluir a síntese deste “choque” – e tratar de grupos propagadores de violências. Em comum, aniquilam a democracia.

João Luiz Tovar

É empresário

/// Usuários exigem manutenção adequada e serviços eficientes na via tão importante ao nosso desenvolvimento

Vamos exigir qualidade na Terceira Ponte

Com a determinação da Justiça de redução do valor do pedágio da Terceira Ponte enquanto perdurar a auditoria no contrato do Estado com a Rodosol, a população capixaba fica na expectativa sobre as respostas aos questionamentos dos manifestantes acerca do pedágio – bandeira maior dos protestos.

Os usuários da travessia Vitória-Vila Velha, notadamente os moradores da cidade canela-verde, esperam que as

decisões a serem tomadas mantenham as atividades de operação, conservação e manutenção sob a responsabilidade de uma administração específica, prestando serviços eficientes aos seus milhares de clientes.

A Terceira Ponte, maior investimento já feito pelo Governo do Estado, não deve seguir o exemplo da nossa Segunda Ponte, onde os governantes não tiveram essa preocupação, levando-a ao

estado em que se encontra, exigindo reparos gerais, e sem qualquer serviço de atendimento.

Outro exemplo que merece ser citado é o da Ponte Rio-Niterói. Essa majestosa obra, inaugurada em 1974, encontrava-se em péssimo estado de conservação, sendo administrada pelo setor público. Com sua estrutura merecendo cuidados, o governo federal se viu obrigado a realizar uma concorrência, transferindo à iniciativa privada as responsabilidades de sua conservação e manutenção.

Pois bem, a Ponte Rio-Niterói encontra-se hoje completamente restaurada; suas pistas foram aumentadas de seis para oito, e a operadora contratada em 1995 presta serviços de padrão de

primeiro mundo.

O povo capixaba deve exigir o mesmo tratamento com a Terceira Ponte. Sua conservação e cuidados são imprescindíveis à sua longevidade e devem ser realizados por uma empresa que receba uma justa remuneração e preste bons serviços aos seus usuários.

Os moradores da cidade de Vila Velha (principalmente) e os demais que a utilizam agradecerão. A Terceira Ponte bem administrada, com serviços de qualidade, é fundamental para o contínuo desenvolvimento daquele município, que se transformou e cresceu, graças principalmente a essa importante obra, que forma com o Convento da Penha o mais belo cartão-postal da Grande Vitória.